

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.435 - SC (2019/0345694-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **ADEMIR DA SILVA JUNIOR**
ADVOGADOS : **EDSON FERNANDO RODRIGUES ZANETTI - SC017430**
 EDUARDO STOEBERL - SC022788
RECORRIDO : **LIBERTY SEGUROS S/A**
ADVOGADOS : **LODI MAURINO SODRE - SC009587**
 MARARRÚBIA SODRÉ GOULART - SC017388
 RICARDO ZEFERINO GOULART - SC017739

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ADEMIR DA SILVA JUNIR, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fls. 214-215):

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DE VIDA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELO DO REQUERENTE CONTRATO DE SEGURO EM GRUPO. INCIDÊNCIA DAS NORMAS PREVISTAS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. OBRIGAÇÃO DE INFORMAR O SEGURADO QUE, ENTRETANTO, RECAI SOBRE A EMPRESA EMPREGADORA/ESTIPULANTE. SEGURADORA QUE NÃO MERECE SER RESPONSABILIZADA POR EVENTUAL NEGLIGÊNCIA DA EMPREGADORA.

- A estipulante, na contratação do seguro em grupo, age como mandatária (representante) do segurado perante a seguradora, e em seu nome realiza os atos necessários à celebração do seguro (art. 21, § 2º, do Decreto -Lei n.

73/1966). Nesse contexto, existe dever de informação da seguradora para com o estipulante, entre os quais a apólice - mestre é firmada. Entretanto, perante o segurado, que adere à apólice por meio da estipulante, o dever de informação pertence a esta última, e não à seguradora. É o que prevê o art. 3º, inciso III, da Resolução n. 107/2004 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), segundo o qual é obrigação da estipulante - e não da seguradora - "fornecer ao segurado, sempre que solicitado, quaisquer informações relativas ao contrato de seguro". (TJSC - AC n.

0303856-11.2014.8.24.0018, de Chapecó. Rel. Des. Marcus Tulio Sartorato, julgado em 06/06/2017).

INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA QUE DEVE SER PAGA DE FORMA PROPORCIONAL, CONSIDERANDO A EXTENSÃO DA

INCAPACIDADE. TABELA QUE PREVÊ O GRAU DE INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA INVALIDEZ PARCIAL, APENAS DO COTOVELO ESQUERDO, DE REPERCUSSÃO LEVE (25%). INDENIZAÇÃO QUE DEVE CORRESPONDER, TÃO SOMENTE, À INCAPACIDADE APRESENTADA. AUTOR QUE TEM DIREITO À INDENIZAÇÃO DE 25% SOBRE O TETO INDENIZATÓRIO PARA A LESÃO APRESENTADA (25% DO CAPITAL SEGURADO - R\$ 26.418,18), QUE EQUIVALE A 6,25% DO VALOR MÁXIMO INDENIZÁVEL (R\$ 1.651,13). QUANTUM INDENIZATÓRIO PAGO NA ESFERA ADMINISTRATIVA QUE ATÉ SUPERA O VALOR EFETIVAMENTE DEVIDO. COMPLEMENTAÇÃO INDEVIDA.

- Prevista na apólice de seguro que a indenização será até determinado valor do capital segurado, bem como que o dever de informação ao segurado cumpre à estipulante, mostra-se possível o pagamento de valor proporcional à invalidez existente, de acordo com o apurado em perícia judicial. (TJSC - AC n. 0000879-09.2014.8.24.0087, de Lauro Müller. Rel. Des. Henry Petry Junior, julgado em 25/04/2017).

HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS. CABIMENTO. SUSPENSÃO, PORÉM, DA EXIGIBILIDADE DA VERBA POR SER O APELANTE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA (ART. 98, § 3º, DO NCPC). SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO."

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados às fls. 247-255.

Nas razões recursais, a parte recorrente aponta violação dos arts. 6º, III, 14, 34, 46, 47, 51, III, 54, §§ 3º e 4º do Código de Defesa do Consumidor, além de dissídio jurisprudencial. Sustenta, em suma, que a seguradora também é responsável por prestar informações acerca das cláusulas limitativas do contrato de seguro.

Apresentadas contrarrazões às fls. 360-376.

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Com efeito, consta do acórdão atacado que o dever de informação acerca

dos termos do seguro cabia à estipulante do seguro. A título elucidativo, confira-se excerto do v. acórdão estadual (fls. 218-221):

"Conforme relatório disposto acima, o apelante interpôs recurso de apelação sustentando que, ainda que o seguro contratado tenha sido na modalidade coletiva, não consta qualquer informação de que é a estipulante quem deve informar os segurados a respeito das normas de regência do seguro, não isentando a seguradora de tal responsabilidade, com base nas disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor.

Além disso, defendeu que o valor da indenização deve ser no total da cobertura contratada, desprezando o grau de invalidez apresentado pelo segurado ou, ainda, o percentual estabelecido na Tabela da SUSEP.

Primeiramente, observa-se que o seguro de vida contratado pelo autor foi feito na modalidade coletiva, uma vez que o próprio recorrente, nas razões recursais, afirma se tratar de "Seguro de Vida em Grupo" (fl. 179).

Portanto, sendo o caso de seguro de vida em grupo, este Tribunal de Justiça, em casos análogos, entendeu que seria da empresa empregadora/estipulante a obrigação de informar aos consumidores finais/segurados sobre os termos das condições gerais do contrato, senão vejamos:
(...)

Portanto, não há como imputar à seguradora qualquer obrigação relativa à informação das cláusulas contratuais, inclusive aquelas limitativas."

Ocorre que a jurisprudência desta Corte assinala que *"a seguradora deve sempre esclarecer previamente o consumidor e o estipulante (seguro em grupo) sobre os produtos que oferece e existem no mercado, prestando informações claras a respeito do tipo de cobertura contratada e suas consequências, de modo a não induzi-los em erro"* (AgInt no REsp 1.644.779/SC, Relator o Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, DJ de 25/8/2017).

Assim, não é correta a afirmação da Corte local de que a responsabilidade por informar o consumidor acerca das cláusulas do contrato seria da estipulante do seguro, considerando a orientação jurisprudencial ora colacionada e, ainda, o entendimento de que *"em seguros de vida em grupo, a estipulante é mera mandatária do segurado e, sendo assim, é parte ilegítima para figurar na ação em que o segurado pretende obter o*

pagamento da indenização securitária" (REsp 1.741.679/SP, Relatora a Ministra **NANCY ANDRIGHI**, DJe de 10/8/2018).

Desse modo, reconhecida a responsabilidade da seguradora em prestar informações ao segurado sobre a existência de cláusulas restritivas, impõe-se o retorno dos autos à Corte de origem para que verifique eventual falha no cumprimento desse dever.

Diante do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial para, reconhecendo a responsabilidade da seguradora em prestar informações ao segurado sobre a existência de cláusulas restritivas, determinar o retorno dos autos à Corte de origem a fim de que profira nova decisão, dando ao caso a solução que entender cabível.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator